



Editorial

Políticas Sociais e Neodesenvolvimentismo: o desafio de formar para além de procedimentalismos*

Editorial – Social and Neo-Developmentism Policies: the challenge of training beyond procedimentalismos

JANE CRUZ PRATES**



O capitalismo no Brasil tem dependido muito para poder se desenvolver algum tipo de participação política das classes populares. Tal dinâmica decorre de características estruturais da economia, da sociedade e do Estado brasileiros, que se inseriram tardiamente e de modo dependente no capitalismo mundial (BOITO, 2012).

O neodesenvolvimento que, em tese, se estrutura em substituição ao neoliberalismo, forja um modelo híbrido de desenvolvimento que tenta conciliar diretrizes desenvolvimentistas e liberais e prega o crescimento econômico atrelado à expansão do social sob a fachada de um capitalismo humanizado (CASTRO, 2013). No contexto brasileiro, a partir do governo Lula, isso se processa por meio da criação de empregos (quase sempre precários e temporários), políticas de recuperação do salário mínimo e programas de transferência de renda, enquanto a economia se renacionalizaria por financiamentos do BNDES à reindustrialização pautada na substituição de importações.

Os programas de transferência de renda visam ao combate à pobreza e à desigualdade e há um acento no assistencial, que ganha impulso no âmbito das políticas sociais que já vinham sofrendo um processo de privatização.

No mercado ampliado estão disponíveis não só bens de consumo, mas também bens sociais (CASTRO, 2013). A chave desse processo é focar nos bens de consumo, preparando o mercado para que estejam ao alcance dos pobres.

Os bens sociais – que são, em grande medida, as políticas e os serviços sociais privatizados – são acessados apenas por quem pode comprá-los, restando aos pobres dispor de políticas sociais públicas de baixa qualidade.

Já os bens de consumo estão disponíveis aos pobres, que, pela transferência de renda, “podem escolher o que comprar” no mercado com seu mínimo social. A pobreza é combatida, portanto, no âmbito do mercado e não no campo social, reduzindo os investimentos nas políticas e serviços sociais mais caros, como saúde e educação, por exemplo, cujos custos para ampliar e efetivamente universalizá-las são muito maiores do que os investimentos em BPC e no Bolsa Família.

* Este texto, exceto o que se refere especificamente a esta Revista, é fruto de exposição realizada pela autora em painel intitulado “Neodesenvolvimentismo, educação e políticas sociais”, apresentado no IX Seminário do Trabalho, UNESP, Marília/SP, 2014.

** **Jane Cruz Prates** é Bacharel, mestre e doutora em Serviço Social, pesquisadora produtividade do CNPq, coordenadora e professora do PPGSS e da FSS/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre/RS – Brasil. E-mail: jprates@pucrs.br

Trata-se de uma estratégia do capital para fortalecer o mercado ao mesmo tempo em que pacifica os segmentos pauperizados, que são estimulados a sentirem-se privilegiados com um certo grau de autonomia para “vencer por si próprios”, reforçando o individualismo, a competição e a culpabilização, uma vez que é passada a ideia de que existem oportunidades e cabe a cada um individualmente aproveitá-las.

Nesse sentido, são mascaradas a inclusão forçada e precária, o consumismo que interessa ao capital, a luta de classes e o antagonismo de seus interesses.

Mas que questões de fundo são importantes articular a este debate? A primeira é como enfrentar a questão social? Uma questão-chave para quem é assistente social, em especial, por se tratar do objeto de trabalho dessa profissão, assim entendido desde os anos 1980, quando a reconhecemos como trabalho. Na verdade, trabalhamos com suas expressões, com o resultado dessa contradição, um resultado que se metamorfoseia, se agudiza em tempos de capital fetiche.

As políticas, num estado social democrático, têm caráter contraditório e efetua processos de conformação, ao mesmo tempo em que estabelecem espaços de luta e resistência, atendem aos interesses do capital, mas também a necessidades dos trabalhadores, mesmo que muitas vezes de modo reducionista. As políticas, portanto, não vão à sua raiz; não trabalham com o que estrutura a questão social, porque essa contradição é da natureza do modo de produção capitalista, mas com suas franjas, com as suas refrações.

Então, a segunda grande questão, para quem trabalha com um projeto ético-político inspirado na emancipação humana e almeja uma nova forma de sociabilidade é: as políticas contribuem para a superação das desigualdades, e em que medida, ou, ao contrário, reduzem o acirramento das contradições, o que, segundo Marx, é elemento central para que ocorram as transformações.

Mais exatamente, se partimos de uma concepção que reconhece o caráter contraditório do real e dos processos sociais que se conformam de modo lento na América Latina, se partimos de uma visão de totalidade dialética, se reconhecemos a historicidade, ou seja, o movimento e a provisoriade de sujeitos e seu modo de organizar-se, constatamos que os contrários estão em luta permanente, em disputa, mesmo que pendam ora mais para a conformação e ora para processos emancipatórios. Então, nesse lócus a partir do qual nos inserimos em processos de trabalho é fundamental desocultar essas contradições para potencializar o que interessa aos trabalhadores.

A terceira questão seria problematizar o papel das políticas sociais, da educação, das políticas de qualificação e inserção produtiva, numa sociedade de capitalismo hipertardio e dependente, marcado por largos processos de subalternidade, em razão do seu histórico colonialismo, escravismo e ditadura, vivenciados não só no Brasil, mas na América Latina, uma história que nega a presença das lutas populares e que fragiliza o espaço público.

Em que pesem seus limites, as políticas de trabalho, educação, saúde e, no caso brasileiro, de assistência social, têm caráter estruturante, pois, como bem destacava Marx, é preciso antes de tudo que os sujeitos tenham condições de sobreviver, alimentar-se, habitar, existir. Incidir, portanto, sobre as condições materiais de existência é de suma importância, porque são essas condições que determinam a consciência, diz Marx, nas teses sobre Feuerbach (1993).

O desenvolvimento dos sentidos humanos, também ressaltados pelo pensador alemão, nos Manuscritos de Paris, justificam o acesso à possibilidades de desenvolvê-los, pois, se presos à grosseira necessidade, nossos sentidos são limitados, o olho que não aprende a ver não enxerga, e necessitamos do conjunto dos sentidos, pois é a partir deles que capturamos o mundo. Marx destaca ainda que, mesmo os sentidos da alma precisam ser desenvolvidos: se não desenvolvo a sensibilidade de partilhar o sofrimento alheio torno-me insensível a sua dor. No Terceiro Manuscrito de Paris, ao tratar do processo de humanização que nos é roubado no modo de produção capitalista, o próprio Marx nos diz que nos tornamos estúpidos e egoístas, pois só fruimos daquilo que nos apropriamos de modo privado (1993a).

Logo, precisamos trabalhar com a contradição, desafiando-nos, antes de tudo, a potencializar o caráter emancipatório das políticas a partir da ampliação de estratégias que instiguem a participação, a consciência, a organização, o acesso à informação mais qualificada e decodificada que amplia a cadeia de mediações da população, que instiga a mobilização. Nessa direção é preciso trabalhar para o desenvolvimento da percepção de que os processos são coletivos e precisam ser enfrentados coletivamente, que o real é mascarado e precisa ser desocultado, que precisamos desenvolver a solidariedade de classe para além da solidariedade despolitizada, reduzida, capturada pelo capital, como o são outros processos centrais e a luta dos trabalhadores, como a participação e a emancipação. E isso se faz em todos os âmbitos dos processos de trabalho nos quais nos inserimos, desde os lugares de gestão e planejamento até a execução terminal de políticas, trabalhando com dados fundamentados por teorias explicativas, construindo alianças com outros trabalhadores e com a população usuária dos serviços.

Nesse sentido, é fundamental a desmitificação dos dados que mascaram a inclusão precária, que naturalizam o sobretrabalho, que capturam a subjetividade do trabalhador, para usar a expressão de Alves (2011). Amplia-se o trabalho, mas de que tipo? Em que condições? Não se pode negar que se ampliam os postos de trabalho os quais, mesmo precários, incidem sobre as condições de vida de uma população até então sem qualquer trabalho. Desmitificar a falácia de que os processos de qualificação, por exemplo, muitos deles extremamente precários, serão suficientes para garantir a inserção no mercado de trabalho, deslocando o problema do desemprego estrutural de sua origem real, o que vem associado a processos de culpabilização do trabalhador por seus próprios fracassos ou mascaramentos absurdos como os que estão subjacentes à concepção de capital humano, empreendedorismo, empoderamento, responsabilidade social.

Como bem destaca Oliveira (2004), o capitalismo exclui e inclui de acordo com seus interesses e mascara, pela inclusão precária, o acesso restrito e controlado que serve unicamente a seus interesses.

Nesse sentido, problematizar a diferença entre acesso, inserção e inclusão é também de suma importância. Ora, um sujeito em situação de rua, desempregado, sem moradia ou dependente químico, acessa a uma vaga de trabalho induzida pelo poder local, por exemplo, mas não consegue permanecer. Aparece nas estatísticas como alguém que acessou a vaga e que foi inserido, mas a ausência da integralidade ou do trabalho intersectorial que implica acesso à saúde e à moradia, só para mencionar alguns aspectos, não se efetivou. Então, mesmo num plano de suporte focalizado já estamos fadados a não obter a efetividade planejada, porque não há diálogo entre as políticas públicas, não há planejamento integrado. Isso ocorre no acesso e permanência na escola, diga-se de passagem, uma das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Além desse conjunto de condicionantes, temos a orientação dos organismos internacionais, em especial do Banco Mundial e do FMI, que acentuam a educação como solução para a erradicação da pobreza, e as iniciativas empreendedoras e solidárias, enfatizando a importância do poder local e retomando inclusive a ideia de voluntariado, num retrocesso evidente.

O livro *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), do Banco Mundial, tornou-se um dos documentos mundiais mais importantes no contexto de reestruturação da educação superior, especialmente na América Latina e, em particular, no Brasil (apud CATANI; OLIVEIRA, 2000).

Catani e Oliveira (2000) afirmam que a educação superior e suas tendências na América Latina revelam a subordinação dos países às orientações dos organismos internacionais, em especial ao Banco Mundial, cujas teses centrais estão amplamente incorporadas nas diretrizes da educação dos países no que concerne a maior diversificação e diferenciação dos sistemas, das fontes de financiamento e da redefinição das atribuições do Estado, favorecendo a maior adaptação e receptividade às exigências econômicas e do mercado de trabalho.

Fernandez (2004, p. 12), na mesma linha, destaca que:

Em determinados momentos, esses organismos, de maneira menos agressiva, sugeriam as políticas a adotar, no período recente, de maneira clara e aberta defendem a privatização, a descentralização, a proliferação de instituições privadas de ensino superior desobrigadas da prática da pesquisa; a consequente aquisição de conhecimentos tecnológicos dos países desenvolvidos; os cursos de formação alternativa e de curta duração; o professor sem vínculo orgânico com a instituição e, portanto mais flexível e a educação a distância. Em síntese, uma educação superior definida de acordo com as necessidades do mercado e inserida nos parâmetros da globalização e do neoliberalismo.

Na mesma direção do autor, verifica-se um processo de internacionalização predominantemente mercantil com a inserção de capital estrangeiro, por meio de grupos multinacionais abertos e fechados, via fundos de investimentos, que não se restringem à oferta de ensino privado em universidades e escolas, mas também produzem material pedagógico, a exemplo da fusão entre a Kroton Educacional SA e Anhanguera Educacional, cujo valor é da ordem de 14,1 bilhões e que comportam 800 instituições de ensino superior e 810 escolas de educação básica (ROUSSELET; FARIA, 2014).

Do mesmo modo, questiona-se a orientação para a formação profissional em larga escala como estratégia de governo realizada via Pronatec, cuja estruturação se vale do Sistema S (Sesi, Senai, Senac) e acaba por direcionar formação orientada para os interesses da iniciativa privada. Estudo de doutorado recentemente concluído por Silva (2014) aborda criticamente e em profundidade essa questão.

Soma-se a isso a condição de proletaridade da classe trabalhadora, caracterizada pela crise de sociabilidade e de autorreferência, além da banalização do sobretrabalho realizado em condições aviltantes, o que provoca sofrimento e doença como resultado dos intensos processos de precarização e da captura da subjetividade do trabalhador, conforme bem destaca Giovani Alves (2011).

Na materialização das políticas, temos profissionais em condições cada vez mais precárias de trabalho, adoecidos, capturados pelo procedimentalismo exigido pelas próprias políticas e seu conjunto de cartilhas e manuais, reiterando a produção do já produzido, ou seja, uma reprodução sem reflexão, sem mediações, sem crítica, despolitizada, com ênfase conformadora (PRATES, 2013, p. 5).

A formação também tem sido sistematicamente pressionada nesse sentido, para tornar-se mais tecnicista e atender em menor espaço de tempo as demandas do mercado, desonerando os custos do capital. Isso se verifica na pressão pela oferta de mestrados profissionais, por processos de revisão curricular para flexibilizar carga horária, implementar disciplinas semipresenciais, flexibilizar conteúdos, além do crescimento vertiginoso dos cursos EAD e a redução de espaços para debates mais densos.

A isso se soma uma massa intelectual tensionada pelo produtivismo e por intensos processos de sobretrabalho.

O aluno que nos chega pode ser caracterizado como precarizado, segundo concepção trabalhada pelo professor Giovanni Alves, que necessita inserir-se no mercado e, ao ser escutado, demanda uma formação procedimentalista, porque capturado por essa lógica. Muitas vezes, mesmo realizando um discurso crítico superficial, ao mediar esses fundamentos universais para a particularidade do trabalho cotidiano reproduz o instituído.

Esse mesmo processo se confirma em pesquisa realizada com diplomados em Serviço Social pelas IES da Região Metropolitana de Porto Alegre, estudo que contou com o apoio do CNPq envolvendo profissionais formados em nove IES na área do Serviço Social. Os profissionais investigados, na sua maioria, naturalizam situações precárias, entendendo-as como avanços, tais como banco de horas. Realizam uma média de 16 h semanais de trabalho no domicílio, o que, somado às 40 h semanais da jornada de trabalho regular, significa uma jornada de 56 h semanais. Essas condições têm impacto não só na vida do trabalhador e em sua saúde, mas também no produto de seu trabalho, resultado dessa vida *just in time* ou vida reduzida, conforme a define Giovanni Alves, esclarecendo que “o novo modo de vida

just in time é a organização do modo de vida nas condições da sociedade da acumulação flexível” (ALVES, 2014, p. 15).

Por outro lado, diversos estudos mostram o significado do trabalho para os sujeitos como referência de identidade para além da sua necessidade de subsistência.

Estudos sobre moradores de rua mostram que o trabalho é associado à ideia de saúde, de acesso ao lazer, de qualidade de vida, de segurança. Segundo a expressão de sujeitos em situação de rua trabalho, é possibilidade de “estar bonito e ser admirado”, “trabalho é coisa linda, é tudo, é vida”, “trabalho é essencial ao homem, para sentir-se bem em qualquer lugar”, “trabalho é independência, é ter direitos é andar arrumado”, “trabalho é entrar na sociedade, é não ser marginal”. A ideia de perda do trabalho, por sua vez, é relacionada a perda de identidade, de condições de vida e de autoestima. Dizem os entrevistados: “não ter trabalho é estar pesado, morto” (ABREU; PRATES et al., 2000, p. 17).

Tivemos a oportunidade de orientar um estudo sobre os impactos do desemprego na subjetividade, realizado por uma psicóloga. Os depoimentos são impressionantes. Sujeitos, especialmente homens, em período longo de desemprego, fingiam ir trabalhar por vergonha de familiares e vizinhos, o que os expunha a imenso sofrimento e sentimento de desvalia (SANTOS, 2011). Os estigmas explícitos ou velados impostos pelo imaginário social são implacáveis: os desempregados ou que vivem de biscates são considerados vagabundos. Esses valores muitas vezes são introjetados pelos sujeitos que reproduzem a cultura dominante sentindo-se culpados. Por essa razão, são de fundamental importância trabalhos que se direcionem para processos de ampliação da consciência e mediação de situações singulares com universais, para romper com essa lógica e instigar a capacidade de mobilização dos sujeitos e grupos.

Nessa mesma direção, elementos utilizados como eixos estruturantes das políticas, que são considerados avanços, como a participação na sociedade, a matricialidade sociofamiliar e a territorialidade, precisam ser problematizados desocultando seus aspectos contraditórios.

A matricialidade sociofamiliar e o georreferenciamento territorial analisados de forma parcial ocultam aspectos como o fato de que família não é sujeito, é espaço de relações, não esta acima do sujeito; a classe trabalhadora sim é um sujeito, porque está acima do indivíduo. A transformação da classe trabalhadora se dá na esfera pública, não na esfera privada (PAIVA, 2014).

O território e os processos de descentralização, se por um lado aproximam os sujeitos para favorecer o acesso e o controle social, por outro reproduzem formas de autoritarismo e cooptação. O território é o espaço das vivências, mas também de processos de alienação. A análise do território deslocada de aspectos estruturais pode incorrer em análises fragmentadas, que não vão à raiz das desigualdades e acabam por reiterar estigmas e concepções como territórios e comunidades de risco. Como bem questiona Paiva, referindo-se a caracterização do público usuário da política de assistência social, seriam vulneráveis, sujeitos que matam um leão por dia? (idem, 2014).

A participação dos sujeitos, que deveria ser meio e fim, porque não há como falar em transformação sem efetiva participação, é muito restrita no âmbito das políticas. Os usuários são “representados” por organizações que não o representam. Muitos não estão organizados, e não há como falar em participação sem problematizar as estruturas de poder (idem, 2014).

A participação é um processo apriorístico só para quem tem poder, a burguesia, que tem seus canis, a imprensa, recursos. O sujeito trabalhador tem sua força de trabalho alienada e domesticada. É um ser histórico sem tempo livre. A classe trabalhadora submersa na busca pela sobrevivência tem os próprios sonhos capturados pelo capitalismo e pelos sonhos de consumo (idem, 2014).

Na mesma direção, Castro (2013) refere que “a participação periférica dos beneficiários dos programas de transferência de renda no mercado é a meta consumada pelo capital, e não a participação engendrada pela condição de cidadania alcançada pelos trabalhadores a partir de suas conquistas civilizatórias”.

Na perspectiva caracterizada como neodesenvolvimentista, o mercado ampliado onde transitam deferentes interesses, demandas e classes, é utilizado, ideologicamente, como lugar de referência onde as distâncias sociais são diminuídas pelo fetiche do direito ao consumo que dissimula uma “integração” social, que na verdade se configura como “inclusão forçada” e precária com fins de estimular o mercado (CASTRO, 2013).

Como destaca Alves (2014), apesar dos inegáveis méritos nas políticas distributivistas para as camadas pobres da população brasileira, o neodesenvolvimentismo como novo choque de capitalismo na terceira modernidade brasileira promoveu a precarização existencial.

Todos esses aspectos interconectados, somados a uma histórica formação disciplinar, fragmentada, em que pese o fato de afirmarmos uma formação que contemple os eixos da integralidade e universalidade, reduzem o seu caráter de resistência e acentuam o seu caráter conformador.

Diante desse contexto, somos desafiados a recuperar o sujeito ético, comprometido com o seu tempo histórico, um sujeito que reconhece sua condição e seu compromisso humano-genérico, um sujeito crítico – que pesquisa, problematiza, propõe, não se contenta com o aparente, desoculta fetiches, um sujeito que não se sujeita, mas que se arrisca a tomar posições, consciente da luta de classes, que opta por uma posição de classe, consciente de que é um ser político que movimenta saberes e poderes. É preciso recuperar a articulação com nossas bases e os movimentos sociais, instigando a ampliação da participação direta no bairro, na fábrica, na escola.

Precisamos recuperar sujeitos capazes de pronunciar o mundo, como dizia Paulo Freire, resultado do desenvolvimento da racionalidade, mas também da sensibilidade, para que possamos somar forças de modo que o capital não continue indefinidamente celebrando suas orgias.

*

A revista *Textos & Contextos (Porto Alegre)* número 1, volume 13 vem, nesse sentido, aportar debates e pesquisas oriundas de lugares diversos, pois nesta publicação disponibilizamos para leitura artigos de sete estados brasileiros, de diferentes regiões do país, além de produções oriundas de quatro países parceiros, Portugal, França, Chile e México. Aportamos também análises acerca de realidades diversas que abordam desde a iniciativa chinesa de adquirir terras pelo conjunto do globo terrestre e em especial no Brasil, até o debate acerca da contribuição do instrumental utilizado pelo Serviço Social para mediação junto à equipe interdisciplinar de saúde para atendimento de pacientes transplantados e seus familiares. Neste número destacamos também artigos com ênfase no debate teórico, como o artigo sobre justiça e liberdade em Hegel que abre a Revista.

Pretendemos que a Revista seja um instrumento para instigar a reflexão sobre a realidade, complexa, contraditória, em movimento, um instrumento de desocultamento e ao mesmo tempo algo instigador que plante dúvidas, que estimule novas buscas, novas pesquisas, novas produções.

Neste número apresentamos 14 artigos subdivididos em cinco eixos que os agrupam.

O primeiro eixo intitulado **Conceitos e Concepções em Debate** agrupa três artigos. O primeiro, como já mencionado, também traduzido para língua inglesa, “Direito, Justiça e Liberdade em Hegel”, explicita a concepção de justiça na filosofia do direito de Hegel e o debate acerca da liberdade em suas diferentes formas, incluindo o chamado direito de emergência, como direito de abrir uma exceção a seu favor para realização da justiça. O segundo artigo, intitulado “A Categoria Sujeitos: concepções e desafios no contexto brasileiro”, destaca o debate sobre as múltiplas formas como os sujeitos singulares e coletivos são apreendidos na contemporaneidade enfatizando os processos sociais, em especial a participação e como contraponto a subalternização por eles vivenciados. O terceiro artigo que compõe este eixo intitula-se “Política de Assistência Social no Enfrentamento da Pobreza: estratégias e conceituação” e toma como lócus de investigação o oeste catarinense, onde realizam a escuta de sujeitos beneficiários que participam da gestão da política para chegar aos conceitos que os instruem em relação à pobreza e às políticas para seu enfrentamento.

O segundo eixo, intitulado **Reestruturação do Capital: expansão, integração e precarização**, articula quatro artigos. O primeiro, “A Expansão Internacional da China Através da Compra de Terras no Brasil e no Mundo”, traz uma interessante reflexão sobre as estratégias de desenvolvimento chinês, realizada pelos professores doutores Paulo Nakatani e Rogério Faleiros, destacando a aquisição de terras pelo mundo e considerando alguns impactos dessa ação no Brasil. Dando prosseguimento, no mesmo eixo apresentamos o artigo intitulado “Direito da União Europeia e Direito da Integração” que aborda as contradições dos processos de integração regionais num contexto de globalização e abertura paulatina das economias nacionais ao comércio internacional. O terceiro artigo que compõe este eixo intitula-se “Crise e Reestruturação do Capital: a busca pela recomposição das taxas de acumulação” analisa a composição do capital financeiro e suas implicações para o processo de reestruturação produtiva, bem como seus impactos na relação Estado-sociedade civil e no modo de gestão a partir da volatilidade econômica imposta pelas crises do capital. O último artigo que estrutura este eixo intitula-se “Desemprego, Precarização e Informalidade: perspectivas do neoliberalismo no mundo pós-crise?” e aborda o processo de mundialização do capital, enfatizando as refrações da questão social no Brasil e os desafios para a classe trabalhadora. Enfatiza ainda os impactos desse processo no Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e os desafios postos aos profissionais no sentido de desocultar as contradições que o conformam.

O terceiro eixo, intitulado **Impactos do Neoliberalismo na Proteção Social no Continente Americano**, apresenta experiências do Chile e do México, que vivem situações muito complexas de acirramento da questão social, com sérios impactos para a população daqueles países. O primeiro deles, intitulado “El Sistema de Pensiones de Chile en la Encrucijada: reformando la Gran Reforma de 2008”, analisa as contradições vivenciadas no Chile após 30 anos da grande reforma implementada pelo país no sistema de aposentadoria a partir de uma perspectiva radicalmente neoliberal, pioneira na América Latina. O interessante debate aportado pelos pesquisadores chineses, a partir de uma perspectiva crítica ao modelo, é parte de um trabalho integrado de parceria onde se articulam Brasil, Cuba e Chile para estudos sobre a proteção social na América Latina, estudo que conta com apoio da CAPES.

O segundo artigo que conforma esse eixo intitula-se “El Escenario Actual de la Alimentación en México” e analisa a complexa situação da alimentação no México, considerando as prioridades do mercado mundial e o uso da terra para produção de biocombustíveis, apesar do crescimento da população e da necessidade de produzir alimentos para o consumo humano. Aborda também as condições precárias do campesinato em razão dos acordos de livre comércio e a redução das políticas de segurança alimentar, no país, a mero negócio.

O quarto eixo aglutina dois artigos sobre o tema **Política de Saúde, Interdisciplinaridade e Família**. O primeiro, “Aspectos Sociais e Econômicos das Famílias “Casos Novos” de um Programa de Implante Coclear”, enfatiza o debate na contribuição do instrumental utilizado pelo Serviço Social para o trabalho da equipe interdisciplinar que atende pacientes transplantados e familiares. O segundo artigo que compõe este eixo, “O suporte à Família em Cuidados Paliativos” aborda a família no contexto da doença terminal, com base em estudo empírico, e a mediação com a equipe interdisciplinar do intenso sofrimento vivenciado pelos sujeitos cujos cuidados em saúde centram-se na dor do ser humano.

O quinto e último eixo, **Pesquisa e Formação**, articula três artigos. O primeiro, intitulado “Epistemologia da Auto-Organização na Educação Não Formal Permanente em Comunidades”, aborda os desafios de compreender a aprendizagem e a educação social com base na investigação e no acolhimento, bem como no uso de métodos e técnicas que promovam a autoexposição de educandos-educadores sociais, sobretudo no âmbito biográfico. O segundo artigo, intitulado “Política Pública e Subjetividade: a assistência estudantil na universidade” debate os sentidos de uma política de assistência estudantil voltada a manutenção de estudantes de baixa renda na universidade e os impactos desse processo na subjetivação dos estudantes, contemplando no processo de análise os ditames dos organismos internacionais para este fim. Por fim, o terceiro artigo intitulado “Humanização na Saúde: uma análise dos sentidos na óptica do trabalho cotidiano”, aborda os sentidos atribuídos à humanização no cotidiano hospitalar a partir do uso da técnica de análise de discurso com base no pensamento

freiriano. Aporta também sugestões dos sujeitos entrevistados quanto ao processo de humanização no cotidiano de trabalho e na gestão da política de saúde.

Esperamos que as produções aqui socializadas contribuam como instrumento para a reflexão e possam ser mediadas em estudos, investigações e demais processos de trabalho como fonte de consulta, instigando a crítica e a proposição de alternativas de enfrentamento às mazelas da questão social, bem como fortalecendo as formas de resistência, onde se incluem novos estudos que continuem a desocultar fetiches e mascaramentos.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Inverno de 2014.

Referências

- ABREU, Paulo B.; PRATES, Jane C. et al. *Condições sociais e de saúde mental de moradores de rua adultos em Porto Alegre*. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/PUCRS/HCPA/FASC, 2000.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Praxis, 2014.
- BOITO, Armando, Jr. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV. São Paulo. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>.
- CATANI, Afrânio; OLIVEIRA, João. A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação. *Revista Portuguesa de Educação*, Universidade do Minho, Portugal, v. 13, n. 2, 2000, p. 29-52. Disponível em: www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413203.
- CASTRO, Alba Tereza B. de. O novo desenvolvimentismo e a nova face das políticas compensatórias. *Revista de Políticas Públicas*, São Luiz, Universidade Federal do Maranhão, v. 17, n. 2, jul./dez. 2013, p. 362-366. Disponível em: http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69
- CEPAL/UNESCO. *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad*. Santiago, Chile: CEPAL, 1992. Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/0/4680/P4680.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>.
- FERNANDEZ, Ciro Francisco Burgos. Influência dos organismos internacionais na Educação Superior no Brasil: a consolidação do domínio neoliberal. Curitiba, PUCPR, 2004. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/CI/TC-CI0037.pdf>. Acesso em: maio 2014.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993^a.
- OLIVEIRA, Avelino da Rosa. *Marx e a exclusão*. Pelotas, Seiva, 2004.
- PAIVA, Beatriz. A participação popular e o trabalho do assistente social. Exposição realizada na Aula Inaugural do PPGSS e da FSS/PUCRS. Porto Alegre, PUCRS, 2014.
- PRATES, Jane Cruz. Editorial - Formar para além do mercado e para o uso substantivo do instrumental. *Revista Textos & Contextos (Porto Alegre)*, ano 2013, n. 1, Vol. 12, p. 01-06. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/14451/9630>.
- ROUSSELET, Felipe; FARIAS, Glauco. Educação sob o domínio do capital estrangeiro. 2014. *Revista Forum*. <http://revistaforum.com.br/blog/2013/08>. Disponível em: <http://emancipar.blogspot.com/2014/.../educacao-sob-o-dominio-do-capital.html>.
- SANTOS, Ana Cláudia Ribeiro dos. *O acolhimento institucional de crianças e adolescentes: protege ou viola?* Porto Alegre, 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, Pós-Graduação em Serviço Social. PUCRS. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5144/1/000436231-Texto%2BCompleto-0.pdf>.
- SILVA, Jorge Alexandre da. *O PRONATEC e as estratégias governamentais para inclusão produtiva a partir do Plano Brasil Sem Miséria*. Tese (doutorado). Porto Alegre – PUCRS/PPGSS, 2014.